



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE AUDITORIA - PAC –Aud Exercício 2023

Auditoria Interna - TJMS

Campo Grande/MS

Janeiro/2023



Controle de Versões

Data	Descrição/ Alteração	Elaboração	Aprovação
16.01.2023	Versão Inicial	<p>Equipe da Auditoria Interna:</p> <p>Diretora Kele Cristina Leite de Melo</p> <p>Núcleo de Auditoria</p> <p>Eduardo Sadao Takase Larissa Andressa Furini Pellizzari Marta Regina Maistro Malta Rafael Lima Soriano Rubia Rodrigues Rosário Simões</p> <p>Coordenadoria de Controle e Acompanhamento da Gestão</p> <p>Heloise Rezende da Silva</p>	Presidente do TJMS



Sumário

Controle de Versões	2
1. Introdução	4
2. Objetivos	4
2.1 Geral.....	4
2.2 Específicos	4
3. Metodologia.....	5
4. Da seleção de servidores	5
5. Composição da Auditoria Interna	5
6. Cursos Previstos para o ano de 2023	6
7. Considerações Finais.....	8



1. Introdução

A Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020, em seu art. 69 determina que o Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud deverá ser elaborado pelas unidades de auditoria interna do Poder Judiciário para desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do auditor.

Sendo assim, nos termos do referido artigo, apresentamos o Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud, para o exercício de 2023, estabelecendo o planejamento da capacitação dos servidores desta Auditoria Interna.

2. Objetivos

2.1 Geral

Este Plano tem como objetivo geral fundamentar as atividades da Auditoria Interna, com a capacitação e o aperfeiçoamento de competências individuais e coletivas, para propiciar o crescimento pessoal e laboral dos servidores, o que gerará melhoria no desempenho da instituição.

2.2 Específicos

Os objetivos específicos do PAC-Aud – 2023 visam garantir:

- ✓ A capacitação continuada, contribuindo com o desenvolvimento institucional, por meio do aprimoramento das habilidades dos servidores da Auditoria Interna;
- ✓ O alinhamento das diretrizes e dos procedimentos de auditoria, consultoria e fiscalização com CNJ e os demais Tribunais;



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

- ✓ Prever, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor lotado na Auditoria Interna do TJMS (Art. 72 da Resolução CNJ nº 309/2020).

3. Metodologia

O critério utilizado para definição das ações de capacitação a serem solicitadas foi a análise das auditorias a serem realizadas em 2023, à luz das competências já contempladas na equipe. Em seguida observou-se o levantamento de necessidades de treinamento dos anos anteriores que não foram realizados, e na sequência foram pesquisados os cursos ministrados com participação de servidores nos últimos dois anos.

4. Da seleção de servidores

A indicação dos servidores para os cursos será realizada pela Diretora da Auditoria Interna, utilizando, sempre que possível os seguintes critérios:

- ✓ Conteúdo Programático;
- ✓ Interesse e aplicabilidade do tema nas atividades de Auditoria;
- ✓ Área de formação do servidor participante;
- ✓ Participação em cursos anteriores; e
- ✓ Orçamento disponível.

A participação de servidores nos cursos previstos ou não neste plano, dependerá de autorização, no limite da disponibilidade orçamentária e financeira, do Poder Judiciário de MS para capacitação dos servidores no ano de 2023.

5. Composição da Auditoria Interna

A Auditoria Interna do PJMS foi criada pela Portaria-TJ/MS nº15, de 20 de março de 2001 e reestruturada por meio da Portaria TJMS nº 1.375, de 12 de novembro de 2018. Está diretamente ligada à Presidência do TJMS, conforme Portaria nº 2.100 de 4 de agosto de 2021 - Regimento Interno e Manual de Atribuições da Secretaria do TJ/MS.

Possui atualmente 07 (sete) servidores, assim distribuídos:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Equipe da Auditoria Interna:
<p>Diretora Kele Cristina Leite de Melo</p> <p>Núcleo de Auditoria Eduardo Sadao Takase - Larissa Andressa Furini Pellizzari Marta Regina Maistro Malta Rafael Lima Soriano Rubia Rodrigues Rosário Simões</p> <p>Coordenadoria de Controle e Acompanhamento da Gestão Heloise Rezende da Silva</p>

6. Cursos Previstos para o ano de 2023

Na previsão de no mínimo 40 horas de capacitação por servidor estão inclusos também os cursos gratuitos.

Para cada curso oferecido está prevista a participação de no mínimo 02 (servidores).

Curso	Objetivos	Carga Horária	Servidores
Auditoria baseada na Avaliação de Riscos	Desenvolver ou aprimorar competências dos auditores para realizar auditorias utilizando a abordagem baseada em risco na definição do escopo e da natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria para reduzir o risco de chegar a conclusões de auditoria inadequadas e fornecer um relatório de asseguração inapropriado.	20 h	2
Auditoria no setor público – Processo de auditoria com foco em governança, riscos e controles.	Permitir ao servidor compreender e aplicar os princípios fundamentais da Auditoria Governamental e a prática da auditoria, bem como permitir ao servidor executar a auditoria conforme o planejado, de forma a identificar causas e consequências dos achados, com base em evidências, para robustecer as conclusões e reportá-las de forma clara e objetiva.	24 h	3



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Curso	Objetivos	Carga Horária	Servidores
(IBGP)			
Fórum Brasileiro da Atividade de Auditoria Interna Governamental (Promovido pelo CNJ – Gratuito)	Promover a integração e o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e experiências relativas à prática da atividade de auditoria Interna no âmbito das unidades de auditoria.	20 h	7
Elaboração de Relatórios de Auditoria (Curso EAD ENAP – Gratuito)	Conhecer um novo modelo de relatório para as atividades de auditoria da CGU e de instrumentos auxiliares de planejamento, possibilitando a sua proficiência nesses temas e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade dos relatórios resultantes das atividades de auditoria.	24 h	4
Técnicas de Auditoria Governamental (Curso EAD ENAP – Gratuito)	Conhecer e saber aplicar as técnicas de auditoria é fundamental para o auditor. Este curso tem a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho de auditores, por meio da apresentação de conceitos e procedimentos das técnicas utilizadas na auditoria, conforme estabelecido no Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (MOT).	24 h	4
Fundamento da Integridade Pública: Prevenindo a corrupção. (Curso EAD ENAP – Gratuito)	Apresentar uma abordagem introdutória sobre a integridade pública dividida em 11 aulas que tratam de temas como: integridade e integridade pública, riscos para a integridade, programa e plano de integridade.	25 h	4
Aplicação de Sanções com base na Lei 14.133/2021 (IBGP)	Apresentar as inovações que a nova Lei trouxe com relação à aplicação das infrações e sanções administrativas, evoluindo para a previsão expressa, da necessidade de observância de determinadas regras para o processamento do licitante ou contratado, de instauração de processo de responsabilização, de constituição de comissão, de providências de intimação para manifestação do licitante ou contratado, da oportunidade de solicitação do licitante ou contratado para produzir provas, bem como do deferimento do pedido de produção de provas ou com provas juntadas pela comissão.	16 h	2



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Curso	Objetivos	Carga Horária	Servidores
Análise e Avaliação das Demonstrações Contábeis do Setor Público	Capacitar o servidor para a interpretação os efeitos nos balanços do setor público decorrentes das transações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, típicas da Administração Pública, visando a compreensão das demonstrações contábeis.	20 h	2
Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Aspectos Gerais e Práticos da Contabilidade Pública	Capacitar o servidor para identificar os aspectos básicos da contabilidade aplicada ao setor público; Reconhecer as etapas do processo de execução orçamentária e financeira das entidades governamentais; Analisar as informações contábeis; Produzir relatórios que os auxiliam na tomada de decisão e na prestação de contas	20h	2

7. Considerações Finais

Tendo em vista o disposto no § 1º, do art. 70 da Resolução nº 309, do Conselho Nacional de Justiça, de 11 de março de 2020, submetemos o presente Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud) à apreciação e aprovação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, 16 de janeiro de 2023.

Kele Cristina Leite de Melo
Diretora da Auditoria Interna
(*assina digitalmente*)



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Presidência

Processo n.º 007.373.0001/2023

Vistos, etc.

Trata-se do Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud) para o exercício de 2023, em atendimento da Resolução n.º 309/2020, do Conselho Nacional de Justiça, objetivando o planejamento das capacitações e aperfeiçoamentos das competências individuais e coletivas, para propiciar o crescimento pessoal e laboral dos servidores, via de consequência melhorar o desempenho das atividades próprias da Auditoria, bem assim ao atendimento das demandas do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Assim, foi apresentado a metodologia utilizada para o alcance do objetivo pretendido, a seleção de servidores, a composição da Auditoria Interna, bem assim a relação dos cursos necessários para o ano de 2023.

Desse modo, submete o Plano Anual de Capacitação de Auditoria à aprovação desta Presidência, para dar início ao planejamento dos trabalhos e o pleno cumprimento requisitos estabelecidos na sobredita Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório. Decido.

Considerando que as ações planejadas de capacitação visam aperfeiçoar o conhecimento técnico que a Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovo o presente Plano Anual de Capacitação de Auditoria para o exercício de 2023, em atendimento a Resolução n.º 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

À Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul para providências.

Campo Grande, 20 de janeiro de 2023.

Desembargador CARLOS EDUARDO CONTAR
Presidente